

Diagnóstico e caracterização de indivíduos com necessidades educacionais especiais: produção científica nacional entre 1981 e 1998¹

Enicéia Gonçalves Mendes²

Universidade Federal de São Carlos

Leila Regina d'Oliveira de Paula Nunes

Universidade do Estado do Rio de Janeiro

Júlio Romero Ferreira

Universidade Metodista de Piracicaba

Resumo

Este relato sistematiza de um total de 356 estudos analisados sobre indivíduos com necessidades educacionais especiais, 55 dissertações e teses sobre os temas "identificação", "caracterização" e "diagnóstico", produzidas entre 1981 e 1998, por alunos de 21 cursos de pós-graduação em Educação do país. Os resultados indicam que predominaram estudos categoriais, sendo a deficiência mental a condição mais estudada, seguida pela deficiência auditiva, autismo, talentos especiais, deficiência física e a visual. A questão da identificação e diagnóstico para o ingresso no ensino especial foi a mais freqüente, seguida pela descrição e caracterização das especificidades do portador de deficiência, basicamente para caracterizar seu desempenho e desenvolvimento. Além de se tentar buscar a compilação do acervo existente, tomando dessa forma o conhecimento produzido mais acessível aos pesquisadores e profissionais da área, este estudo tenta apontar tendências e lacunas do conhecimento produzido sobre esse tema e identificar temas e/ou áreas prioritários de investigação.

Palavras-chave: diagnóstico, caracterização, deficiências, autismo, talentos especiais, produção científica.

Diagnosis and characterization of individuals with special educational needs: the national scientific production between 1981-1998

Abstract

This study analyzed 55 theses and dissertations about "identification", "characterization" and "diagnosis" from a total of 356 studies about individuals with special that were needs conducted between 1981-1998, by graduate students from 21 graduate courses in Education around the country. The results indicated that the majority of the studies are categorial as well as that mental deficiency is the most studied condition, followed by hearing impairment condition, autism, giftedness, physical handicap, and visual impairment. Questions about identification

1. Trabalho apresentado no Simpósio *A produção discente da Pós-Graduação em Educação e áreas afins: Análise crítica das teses e dissertações sobre Educação Especial*, XXX Reunião Anual de Psicologia da Sociedade Brasileira de Psicologia, Brasília, DF, outubro de 2000.

Parte do Projeto PRODISC, iniciado em 1995.

2. Endereço para correspondência: E. G. Mendes, Universidade Federal de São Carlos, Rodovia Washington Luís, KM 235, Caixa Postal 676, CEP: 13.565-905, São Carlos - SP, fone: (16)271-7951, fax: (16)260-835, e-mail: egmendes@linkway.com.br

Apoio financeiro CNPq e FAPESP

and diagnostic for the admission to special education programs were the most studied subject followed by the description and characterization of handicapped individuals specificities, basically to characterize their performance and development. Besides trying to compile the collected data and to allow the produced knowledge to be more accessible to the researchers and professionals of this field, the study tries to point out the trend and gaps of such production, identifying priorities in the area of investigation.

Key words: diagnostic, characterization, deficiency, autism, giftedness, scientific production.

Introdução

Os programas de pós-graduação em Educação no Brasil iniciaram-se em meados dos anos 60, sendo que 65% dos cursos de mestrado começaram nessa década e os de doutorado só emergiram a partir de 1976, datando porém do final dos anos 80 seu período de maior expansão (Fávero, 1992). A criação desses programas comprometia-se com a formação de docentes para o Ensino Superior, então em fase de expansão, e a formação do pesquisador. A pós-graduação *stricto sensu* passou a constituir, em nosso país, o espaço institucionalizado para a produção do conhecimento científico.

Ainda que os programas de pós-graduação sejam avaliados regularmente pela CAPES, as dissertações e teses defendidas não têm sido alvo, em geral, de uma avaliação sistemática dentro dos parâmetros científicos. Particularmente em relação à Educação Especial, uma área relativamente recente no Brasil, pelo menos na educação escolar em que os serviços especiais aumentaram a partir dos anos 70, a formação de recursos humanos ainda parece estar em seu início, tanto em nível de graduação quanto principalmente em nível da pós-graduação. Persiste também um alto grau de indefinição no tocante ao seu objeto de conhecimento e de atuação.

Em 1995, um grupo de pesquisadores iniciou uma investigação visando à análise da produção discente dos programas de pós-graduação voltada para o portador de necessidades educativas especiais, a fim de identificar as tendências e as lacunas no conhecimento da área, paradigmas epistemológicos dos estudos, necessidade de revisão dos modelos teóricos e/ou dos procedimentos metodológicos em uso, novos temas e/ou áreas a serem investigados.

Tentava-se, com a compilação do acervo existente, tornar esse conhecimento produzido mais acessível aos pesquisadores e profissionais da área.

No primeiro projeto de pesquisa elaborado com esse objetivo (Nunes, Ferreira, Glat e Mendes, 1997) foram analisadas 153 dissertações defendidas entre 1981 e 1995 nos programas de pós-graduação com produção mais expressiva sobre essa temática: o Programa de Pós-Graduação em Educação Especial da UFSCar e o Programa de Mestrado em Educação da UERJ. O produto dessa investigação foi apresentado em diversos encontros científicos nacionais e internacionais e deu origem a um livro de revisão por temas (Nunes, Glat, Ferreira e Mendes, 1998) baseado nas produções discentes analisadas. Na segunda fase do projeto, concluída em junho de 1999 (Nunes, Ferreira, Glat e Mendes, 1999), foram analisadas 7 produções discentes (teses e dissertações) de 21 programas de pós-graduação (exceto os programas PROPEd/UERJ e PPG-EES/UFSCar) situados em diversos estados brasileiros. Na terceira fase, foram analisadas 107 dissertações e teses dos programas de pós-graduação em Educação produzidas até 1999, que ainda não haviam sido incluídas nos estudos anteriores (Nunes, Ferreira, Mendes e Glat, 2000).

O objetivo do presente relato consiste em apresentar uma descrição e análise da produção discente do elenco sobre o tema "identificação, diagnóstico e caracterização de indivíduos com necessidades educativas especiais", encontrado num universo de 356 trabalhos (teses e dissertações) dos programas de pós-graduação em Educação, produzidos entre 1981 e 1998.

Os termos "identificação", "caracterização" e "diagnóstico" estão relacionados à necessidade de

delimitação do próprio objeto de estudo das consideradas necessidades educacionais especiais, e envolvem procedimentos que deverão permitir identificar condições particulares, classificar ou arranjar eventos, com um ou mais denominadores comuns. Enfim, oferecem condições de destacar determinadas categorias, permitindo a demarcação do ponto de corte entre o quanto uma condição implica ou não necessidades educativas especiais.

Em Educação Especial, os procedimentos de diagnóstico são estudados em função de dois objetivos. O primeiro visa à identificação, que resulta na decisão de classificar ou não um indivíduo numa determinada categoria, implicando o encaminhamento para o ensino especial. Uma segunda função, referente a um outro conjunto de procedimentos, consiste em proceder avaliações que permitam derivar planejamentos educacionais, ou seja, identificar alvos ou objetivos de ensino, selecionar técnicas instrucionais, monitorar o desempenho do aluno e avaliar programas.

O estudo da caracterização dos portadores de deficiências focaliza basicamente os processos básicos de aprendizagem e de desenvolvimento, com o intuito de identificar quais e de que natureza são as diferenças entre as "normalidades" e as "excepcionalidades" educacionais. Numa perspectiva de derivação prática, tais estudos deveriam permitir embasar a identificação de critérios de classificação, definições e o desenvolvimento de procedimentos de diagnóstico.

Considerando que há uma relação estreita entre os temas "identificação", "diagnóstico" e "caracterização", optou-se por agrupar os estudos relacionados a tais temáticas neste trabalho.

Método

A análise da produção discente foi efetuada a partir da leitura das dissertações e teses *na íntegra*, utilizando-se um roteiro, com o registro das informações sobre identificação, descrição da dissertação (temas, objetivos, referencial teórico, fonte de dados, população-alvo, local, metodologia, resultados, principais referências bibliográficas e implicações teóricas e práticas) e análise crítica

(categorização da revisão da literatura, consonância teórico-metodológica e concepção do autor sobre a deficiência).

De um elenco de 356 produções discentes de programas de Pós-Graduação da área de Educação analisadas, no período de 1981 a 1998, foram identificados 55 estudos (15,4%) cuja temática versou sobre "identificação, diagnóstico e caracterização de indivíduos com necessidades educacionais especiais". As informações coletadas com base nesses 55 estudos identificados foram sistematizadas segundo a população-alvo, temáticas secundárias, ano, local de produção e tendências de pesquisa. À relação das teses e dissertações analisadas encontra-se em anexo.

Resultados

Ao analisar-se conjuntamente as dissertações que abordaram a questão do diagnóstico, identificação e/ou caracterização da população em questão, pode-se perceber uma produção científica especializada, focalizada em geral sob uma das condições normalmente associadas às necessidades educativas especiais. No geral, pode-se perceber um esforço maior de pesquisa direcionada à questão da deficiência mental (31), seguida por uma preocupação com a deficiência auditiva (9), deficiência física (4), autismo (4), deficiência visual (2) e talentos especiais (2). Foram encontrados apenas dois estudos que tiveram como população-alvo várias dessas condições.

O primeiro estudo identificado foi publicado em 1981, sendo que após esse ano encontrou-se uma variação entre um a oito estudos anuais até 1998. Parece haver nos últimos anos um aumento na produção discente sobre essa temática considerando que mais de 30% da produção analisada foi produzida no triênio 96-97-98.

Em relação às universidades com produção sobre essa temática, encontrou-se a UFSCar (51%), UERJ (11%), PUC/SP (11%), PUC/RJ (5,5%), UNICAMP (4%), UNIMEP (4%) e UFCE (4%). Foi encontrado ainda, nesse período analisado, um estudo em cada uma das seguintes universidades: UNB, UFRJ, UFMS, UFPE, UFF e USP.

As análises das dissertações e teses sobre essa temática permitiu identificar ainda estudos com vistas em:

- a. identificação e diagnóstico para ingresso no ensino especial;
- b. avaliação e encaminhamento do ensino especial para o ensino regular;
- c. reflexões sobre o conceito de deficiência ao longo da história, e sua relação com a definição e critérios de diagnóstico;
- d. caracterização do desenvolvimento ou do desempenho dos portadores de deficiências;
- e. identificação e diagnóstico precoce para o encaminhamento aos serviços e prevenção do agravamento da deficiência;
- f. estudo epidemiológico para caracterizar o perfil de populações de portadores de deficiência mental em instituições; e
- g. estudo teórico com caracterização baseada na literatura.

Os estudos sistematizados em função da população-alvo dessas pesquisas serão apresentados a seguir.

Deficiência mental

A importância do estudo da identificação e diagnóstico da deficiência mental foi justificada por esses pesquisadores, considerando-se a necessidade de um melhor equacionamento do planejamento de serviços educacionais em nosso país, de se aperfeiçoar o processo de diagnóstico e colocação seletiva dos alunos tidos como especiais nas modalidades educacionais, e de aprimoramento da formação dos profissionais envolvidos, chegando-se até ao escrutínio das conseqüências do processo de encaminhamento educacional.

O foco maior encontrado em 13 estudos sobre diagnóstico e identificação da deficiência mental foi o processo que se inicia especialmente nas escolas públicas regulares para o posterior encaminhamento às antigas classes especiais (Almeida, 1984; Aquino,

1988; Dal Pogetto, 1987; Denari, 1984; Magalhães, 1997; Marconi, 1987; Mattos, 1994; Mendes, 1984; Paschoalick, 1981; Rodrigues, 1984; Rosa, 1990; e como tema secundário em Kassari, 1993 e Sousa, 1993). No geral, os objetivos desses estudos visaram esclarecer os mecanismos de ingresso e permanência nessas classes, assim como as conseqüências desse tipo de encaminhamento.

Outros estudos abordaram o processo de diagnóstico da deficiência mental efetuado por instituições especializadas (Rosa, 1990; Sousa, 1993): ou são voltados para a área de estudos epidemiológicos (Ferreira, 1988) ou censitários (Melchiori, 1987), ou ainda com a preocupação de criar instrumentos para a identificação e intervenção educacional (Manzoli, 1994; Silva, 1989).

O estudo da evolução histórica das definições, conceitos e/ou critérios para o diagnóstico da deficiência mental foi contemplado em três estudos (Guhur, 1992; Maestrello, 1983; Viana, 1990).

Além da preocupação com o diagnóstico para a identificação, voltado para o encaminhamento para o ensino especial, percebe-se ainda uma segunda ênfase na produção relacionada à caracterização de portadores de deficiência mental, contemplada em 11 estudos. Observam-se em geral dois recortes básicos nos estudos desse tipo: o foco sobre o estudo do desempenho em tarefas cognitivas (Almeida, 1995; Mantoan, 1991; Miranda, 1993; Oliveira, 1996): e o foco nas características de desempenho ou de desenvolvimento específico de portadores de Síndrome de Down (Almeida, 1988; De Santi, 1995; Mandrá, 1998; Martins, 1996; Meiado, 1998; Sylvestre, 1995; Xavier, 1997). A brincadeira de "faz-de-conta" como recurso para promover o desenvolvimento cognitivo e social de crianças com deficiência mental foi abordada em dois estudos (Almeida, 1995; Sylvestre, 1995).

Comparando-se as características dessa produção sobre a condição da deficiência mental, constatam-se duas tendências básicas:

1. a diminuição ao longo do tempo do número de estudos cuja temática era o diagnóstico para a identificação e encaminhamento para o ensino

especial (particularmente para as classes especiais); e

2. um crescimento no número de estudos que visam à caracterização dos portadores dessa condição.

O estudo do processo diagnóstico da deficiência mental nas pesquisas nacionais vinha sendo empreendido com diferentes objetivos, mas a preocupação básica, indicada pela maioria dos autores que abordaram tal temática, esteve vinculada à questão do diagnóstico para a identificação e conseqüente encaminhamento para as classes especiais. Em resumo, os resultados dessas pesquisas evidenciaram a precariedade do processo de avaliação e diagnóstico (particularmente relacionada à condição de deficiência mental leve), e a falta de formação apropriada de todos os agentes envolvidos no processo. Em decorrência dos problemas encontrados, foram levantados sérios questionamentos sobre a função efetiva da classe especial para o sistema educacional: integrar portadores de deficiências na escola regular, ou servir como "depósito" para os alunos problemas do ensino regular? Promover alunos com necessidades educativas especiais, ou "deficientizar" alunos provenientes da camada pobre da população? Servir como ampliação das oportunidades educacionais para alunos com necessidades educativas especiais, ou reforçar o processo de seletividade social das escolas públicas de primeiro grau no país?

As sugestões propostas pelos autores quanto aos problemas da classe especial incluem a necessidade de uma melhor definição das diretrizes políticas para identificação e diagnóstico da condição de deficiência mental; o aperfeiçoamento da formação inicial de professores do ensino regular e de psicólogos, assim como da modalidade de formação continuada de professores de classes especiais; o desenvolvimento de alternativas de avaliação e de serviços educacionais; a instituição de mecanismos de retorno do alunado da classe especial para a classe regular; e a ampliação da interação entre as agências formadoras (universidades) e a escola. Em suma, tais sugestões, todas bastante pertinentes,

implicariam uma redefinição do papel da classe especial na rede de serviços do ensino especial e do sistema educacional geral.

Assim, percebe-se que a produção dessa linha de pesquisa contribuiu para evidenciar, a partir da década de 80, o processo de exclusão social pelo qual passavam muitos alunos de classes desfavorecidas, rotulados como deficientes e encaminhados para as classes especiais. Contudo, foi sendo gradualmente excluída da agenda da produção científica mais atual. Entretanto, se por um lado tal produção contribuiu para mostrar a força do fenômeno de exclusão proporcionado pelo sistema regular e referendado pelo ensino especial, por outro lado gerou problemas para a pesquisa nacional na área que ainda não estão resolvidos. Entre esses problemas, podemos citar o diagnóstico da deficiência mental, o destino das classes especiais e o desafio da formação dos recursos humanos envolvidos no processo diagnóstico e no ensino especial para essa população.

Portanto, parece necessário o aprofundamento no estudo científico dessa temática no país, com novas abordagens metodológicas, a fim de solucionar os problemas evidenciados pela própria produção científica.

Percebe-se, também, uma tendência nessa produção científica mais recente, que abrange o período de meados até o final da década de 90: um aumento nos estudos que visam à caracterização dos portadores de deficiência mental.

Os estudos que tiveram como alvo a Síndrome de Down colocaram em evidência dois aspectos mais centrais: a questão do diagnóstico precoce e o desenvolvimento da linguagem.

Em relação ao diagnóstico, pode-se concluir ser importante que ele seja feito o mais precocemente possível, e que a forma como ele é feito pode influenciar as atitudes e percepções dos familiares ao longo da vida. Nesse sentido, os estudos recomendam que os profissionais responsáveis pela confirmação tenham competência para informar e orientar, sem gerar preconceitos e reforçar estereótipos sobre a condição, pois nesse caso poderiam rebaixar as expectativas e influenciar negativamente a interação do indivíduo com

seus familiares. Vários estudos, entretanto, evidenciaram que, no país, os profissionais, especificamente os médicos, encontram-se despreparados para efetuar esse tipo de trabalho da forma recomendada, e que os pais não têm sido adequadamente atendidos no momento da revelação diagnóstica (Mandrá, 1998; Meiado, 1998; Xavier, 1997).

Essas evidências implicam a necessidade de melhorar a formação de profissionais que atuam nessa área de diagnóstico precoce. Nesse sentido, caberia ressaltar que os sentimentos negativos expressos por pais, quando recebem a informação de que seus filhos são portadores de Síndrome de Down, podem ser decorrentes mais da inadequação da forma como é dada a notícia do que do próprio impacto do diagnóstico e suas implicações para a vida da criança e da família.

Uma especificidade do desenvolvimento da criança portadora de Síndrome de Down que parece concentrar bastante esforço de pesquisa é a questão das dificuldades de linguagem, evidenciada pelo atraso, redução do vocabulário, dificuldades articulatórias; e as consequências dessas dificuldades na linguagem oral e na aquisição posterior da leitura e da escrita. Nesse aspecto, os estudos têm sido claramente propositivos, com recomendações precisas sobre como intervir nas dificuldades relacionadas ao desenvolvimento da linguagem dessa população.

A importância de se prepararem os pais para estimular o desenvolvimento da criança na primeira infância é apontada em vários estudos (Mandrá, 1998; Meiado, 1998; Xavier, 1997); muito embora tenha também ficado evidente a falta de preparo dos profissionais para essa função de capacitação dos familiares.

As dissertações desenvolvidas sobre estudos em escolas apontam que as oportunidades de escolarização para os portadores de Síndrome de Down parecem se concentrar ainda nas escolas especiais e nas classes especiais em escolas regulares. Por outro lado, há evidências que apontam para a falta de oportunidades educacionais, e que essa falta de escolarização pode ter consequências bastante negativas para portadores de Síndrome de

Down a longo prazo, gerando uma cronicidade no quadro deficitário, com prejuízos para a inserção do indivíduo no âmbito da família (Meiado, 1998).

Alguns estudos sobre como estimular o desenvolvimento da linguagem de portadores de Síndrome de Down nas escolas regulares de educação infantil evidenciaram a importância de se arranjar o espaço físico da escola, proporcionando ambientes variados para atender às necessidades de desenvolvimento do aluno (De Santi, 1995); e de se proporcionarem oportunidades de interações efetivas com a professora e com parceiros não portadores da Síndrome; além do uso de brincadeiras de "faz-de-conta" (Sylvestre, 1995).

A importância de intervir no desenvolvimento da linguagem de portadores de Síndrome de Down é justificada não apenas para aumentar a efetividade das interações sociais, mas também para prevenir problemas na aquisição futura das habilidades de leitura e escrita. O estudo de Martins (1996) evidencia que, a despeito de eventuais problemas na linguagem oral, os portadores de Síndrome de Down podem e devem aprender a ler e escrever.

Em relação à população dos portadores de deficiência mental que freqüentam as escolas especiais, percebe-se ser, pelo estudo de Ferreira (1988), predominantemente composta por alunos do sexo masculino, com idade entre 10 e 14 anos, com queixas de dificuldades escolares, nível sócio-econômico baixo, com um quadro de deficiência mental de nível leve a moderado, e de etiologia desconhecida. Esses dados confirmam as evidências de literatura sobre um antigo estereótipo de quem é o portador de deficiência mental. Esse perfil, associado à rara presença de portadores de deficiência mental de grau severo ou profundo, reforça a possibilidade de que o serviço de escola especial, e poderíamos dizer também das classes especiais, na nossa realidade permaneça servindo como mecanismo de exclusão de alunos do ensino regular. Tendo em vista as atuais diretrizes políticas que enfatizam o princípio da educação inclusiva (MEC/CNE/CEB, 2001).

O estudo de Tasso (1996) evidenciou que os problemas de aprendizagem dos alunos de escolas

especiais podem ser muito mais decorrentes da inadequação nas abordagens pedagógicas do que das dificuldades de aprendizagem inerentes aos portadores de deficiência mental; e a autora sugere melhorar a capacitação dos profissionais que atuam nessas instituições para solucionar esse problema da qualidade de ensino.

A brincadeira de "faz-de-conta" é defendida por alguns autores como um recurso pedagógico importante para desenvolver habilidades cognitivas, sociais e de linguagem de portadores de deficiência mental (Almeida, 1995; Sylvestre, 1995).

Cabe ressaltar que os estudos que visaram à caracterização de desempenhos de crianças portadoras de deficiência mental evidenciam uma grande variabilidade no repertório das diferentes crianças com o diagnóstico de deficiência mental.

Deficiência auditiva

Dos nove estudos que tiveram como população-alvo os portadores de deficiência auditiva, três tiveram como objetivo a caracterização do desenvolvimento de bebês nascidos em condições de risco, visando à identificação e descrição de indicadores que permitissem efetuar o diagnóstico e encaminhamento educacional precoce (Gonçalves, 1998; Jacob, 1996; Souza, 1996a). Uma segunda vertente de pesquisa sobre essa temática identificada nesse elenco de teses e dissertações, esteve relacionada à caracterização das habilidades de escrita dos portadores de deficiência auditiva (Padovani, 1997; Silva, 1998). Uma terceira vertente de pesquisa teve como tema básico a língua de sinais na educação de alunos surdos (Filha, 1996; Melo, 1995).

Foi identificado ainda um estudo sobre os fatores relacionados ao processo de transição do aluno portador de deficiência auditiva da classe especial para a classe regular (Ribeiro, 1986); e uma dissertação sobre a descrição e análise das características da organização perceptomotora (coordenação visomotora e perceptiva) de crianças com deficiência auditiva (Carrilho, 1988).

Em relação à produção científica sobre deficiência auditiva, constatou-se um aumento no número de teses e dissertações analisadas ao longo do tempo, e uma ênfase na pesquisa sobre diagnóstico precoce, para a prevenção tanto da perda auditiva quanto do agravamento das conseqüências da surdez sobre o desenvolvimento da criança; e destacando-se também as questões da linguagem e da comunicação no processo educativo de indivíduos surdos.

Em relação à prevenção da surdez e de seus efeitos sobre o desenvolvimento, os estudos indicaram a necessidade de promover educação pública sobre os fatores de risco, particularmente da rubéola congênita; e a necessidade de medidas de acompanhamento sistemático do desenvolvimento de bebês nascidos em condições de prematuridade, baixo peso e/ou com rubéola congênita pelos profissionais da saúde, uma vez que tais condições freqüentemente aparecem acompanhadas de alterações no desenvolvimento. Nesse sentido, medidas educativas precoces para os bebês de risco poderiam compensar, na maioria das vezes, as alterações no seu desenvolvimento (Gonçalves, 1998; Jacob, 1996; Souza, 1996a).

Além dessas propostas, os estudos apresentam um avanço no sentido de terem promovido o desenvolvimento de instrumentos e procedimentos de avaliação e/ou diagnóstico precoce da deficiência auditiva (Gonçalves, 1998 e Souza, 1996a) ou propondo material didático de orientação para pais (Jacob, 1996).

Em relação à caracterização do desempenho de alunos surdos, aparece um interesse muito grande no estudo das dificuldades relacionadas à questão da linguagem e comunicação, particularmente quanto à modalidade escrita da língua portuguesa. Padovani (1997) aponta que tais dificuldades parecem relacionadas ao grau de perda auditiva, ao ingresso tardio à escola e a uma desarticulação entre o ensino ministrado em classes regulares e classes de ensino especial.

As dificuldades encontradas nas produções escritas de alunos com surdez em idade escolar se referem às construções sintáticas, como, por exemplo, a falta de concordância verbo-nominal e a omissão ou uso inadequado de preposições (Silva,

1998). Ribeiro (1986) relatou a dificuldade em ensinar língua portuguesa (especificamente composição e ditado) como uma das mais apontadas por professores do ensino regular e a que prejudicava a integração escolar de alunos surdos.

Entretanto, tais estudos sobre a dificuldade no ensino da língua portuguesa envolveram basicamente sujeitos em idade escolar que foram submetidos a uma abordagem pedagógica auri-oral. No estudo de Mélo (1996), ao compararem a abordagem oralista com a que utiliza a língua de sinais, os professores referem que ocorrem melhoras no desempenho em todas as matérias acadêmicas, mas que o benefício maior ocorre em relação à aquisição da língua portuguesa. Nesse sentido, seria conveniente questionar se as características de desempenho, relatadas em tarefas que envolvem a produção de textos escritos, não seriam decorrentes mais da abordagem pedagógica do que da própria surdez.

As abordagens de educação dos surdos variaram consideravelmente ao longo da história da educação especial. O embate sobre as correntes baseadas no oralismo, na filosofia da comunicação total e, mais recentemente, no bilingüismo tem proporcionado aspectos emblemáticos dos problemas relacionados à evolução da educação de jovens e adultos com necessidades educativas especiais. A questão central na educação de surdos sempre esteve relacionada ao desenvolvimento da linguagem e da comunicação, e a polêmica tem se situado na definição do papel da língua de sinais e da língua majoritária de determinada cultura no processo educacional.

Pelos estudos analisados, percebe-se que no país ainda prevalece a abordagem oralista. Esta é baseada no ensino da língua portuguesa majoritária e em propostas embasadas na filosofia da comunicação total, que inclui o ensino da língua de sinais. Ainda não foram relatados estudos na proposta do bilingüismo, que envolve o acesso precoce à primeira língua dos surdos (língua de sinais) e, posteriormente, a apropriação da segunda língua, que seria a majoritária na cultura, no nosso caso, a língua portuguesa.

Os estudos apontam ainda que, para a educação de surdos, parece necessário um processo educacional

formalizado da língua, que deve se iniciar muito antes da entrada da criança na escola, de preferência desde o nascimento e já no ambiente familiar. Nesse sentido, a oportunidade de escolarização fornecida pela nossa sociedade, dentro da organização escolar existente, parece ainda estar sendo proporcionada num momento muito tardio, o que dificulta o desenvolvimento pleno do indivíduo e prejudica suas chances de uma inserção escolar e social futura bem-sucedida.

Percebe-se que, no conjunto dos estudos, a despeito das dificuldades acadêmicas com o aprendizado da língua portuguesa na modalidade escrita, procedimentos de ensino, ainda que embasados na proposta oralista, podem ser efetivos em compensar tais dificuldades. Entretanto, seria necessário avançar no estudo comparativo entre diferentes abordagens pedagógicas para que se possam produzir resultados mais conclusivos sobre a eficácia de cada umas das propostas na realidade brasileira. Parecem necessários estudos que avaliem o efeito de diferentes abordagens sobre diferentes condições de perda auditiva, tipos de atendimentos precoces, características das famílias, entre outros.

Síndrome do Autismo Infantil

A Síndrome do Autismo Infantil foi abordada em quatro estudos do elenco de teses e dissertações analisadas (Azevedo, 1996; Cançado, 1984; Rosa, 1998; Souza, 1996b). Em dois dos estudos (Azevedo, 1996; Cançado, 1984), observa-se uma abordagem teórica embasada na psicanálise para explicar e estudar o autismo e derivar implicações concretas mais voltadas para a prática terapêutica. Nos dois mais recentes, (Rosa, 1998; Souza, 1996b) denota-se uma vertente mais educacional.

Todos os estudos sobre identificação e diagnóstico do autismo abordam a questão do atendimento à família, embora as opiniões sejam controversas. As implicações para a prática clínica do terapeuta ora recomendam atenção especial aos pais de autistas (Azevedo, 1996), ora questionam se o atendimento à família pode reverter o quadro e se não seria necessário construir um eixo central baseado na

escuta da criança (Cançado, 1984). Por outro lado, Rosa (1998), ao entrevistar familiares, identifica tensão, pessimismo, dificuldades e a falta de recursos das famílias de autistas, explicando tais fatores como decorrentes da falta de assistência de diagnóstico, orientação para as famílias e educação para o próprio indivíduo com autismo. Souza (1996b) também enfatiza a necessidade do envolvimento da família na educação desses indivíduos.

Nos estudos embasados na psicanálise, os autores (Azevedo, 1996; Cançado, 1984) teorizam o autismo como um alheamento ou falta de percepção do outro, ou como uma psicose, enfim como uma condição patológica e essencialmente negativa. Os sintomas não parecem se relacionar com a ausência de processos educacionais ou com propostas educacionais indevidas, e os atributos comportamentais negativos aparecem como decorrentes da própria condição, considerada como uma patologia. Além disso, as expectativas quanto ao resultado do atendimento clínico parecem limitadas, havendo, inclusive, questionamentos sobre as possibilidades de reversibilidade do processo na criança, ou mesmo se seu portador poderá ser integrado na sociedade. Por outro lado, há autores, como Souza (1996b) e Rosa (1998), que apontam para a importância da educação e da concepção de que os comportamentos do autismo são decorrentes também da falta de educação formalizada e adequada.

Parece necessário, portanto, que sejam ampliadas as propostas de identificar, diagnosticar e caracterizar o autismo infantil numa abordagem mais educacional, principalmente para desafiar noções negativistas e as baixas expectativas em relação à intervenção nessa população. Nesse sentido, parece também necessário que a pesquisa nacional se alinhe com as tendências teóricas e práticas identificadas nas pesquisas embasadas na literatura de outros países, que apontam para um maior otimismo frente às possibilidades na educação de indivíduos com autismo.

No conjunto dos estudos, percebe-se que existem propostas serviços que variam desde o atendimento clínico psicoterapêutico, provavelmente

privado, até a proposta parece ser educação em escola especializada, embora pareça também evidente a falta de serviços educacionais para esse tipo de população, na realidade nacional.

Deficiência física

Dos quatro estudos sobre a identificação, diagnóstico ou caracterização da condição de deficiência física, três versaram especificamente sobre portadores de paralisia cerebral.

O desenvolvimento cognitivo de portadores de paralisia cerebral, numa instituição que trabalha com o treinamento de mães para a estimulação cognitiva dessas crianças, foi o objetivo do estudo de Braga (1983). A questão do diagnóstico precoce foi estudada por Frônio (1998) e o estudo de Yano (1997) teve como objetivo caracterizar a relação mãe-criança portadora de paralisia cerebral, durante a primeira infância.

A identificação e o diagnóstico da deficiência física foram abordados também no estudo de Aihara (1988), que visou, entre outras coisas, analisar os aspectos da identidade social do deficiente físico, tais como o papel da instituição, as expectativas quanto à reabilitação, desligamento e o mercado de trabalho.

Em resumo, o conjunto desses trabalhos sobre deficiência física aponta para a importância do diagnóstico e do atendimento precoce, especificamente nos casos de paralisia cerebral, embora o processo, no país, pareça ser prejudicado pela falta de conhecimento dos médicos e de uma equipe interdisciplinar. Os estudos apontam ainda que, no caso da paralisia cerebral, classificada como diplegia espástica, não parecem ocorrer modificações significativas nas interações precoces entre as mães e suas crianças. O acompanhamento oferecido às crianças pequenas com deficiências físicas no país parece ainda muito vinculado à atenção aos problemas de saúde e de crescimento, enquanto se negligencia o acompanhamento do desenvolvimento global da criança.

Os dados indicam que, na escola e no trabalho, os portadores de deficiência física têm sido estigmatizados e marginalizados. Além do preconceito, e

talvez por causa dele, a falta de escolarização e de treinamento profissional adequado ao mercado de trabalho impedem esses indivíduos de uma vida mais produtiva e útil (Aihara, 1988).

Talentos especiais

A identificação e caracterização de alunos com talentos especiais ou altas habilidades, tradicionalmente denominados de "superdotados", foi tema de três dissertações do acervo analisado.

Na primeira delas, partindo da consideração de que atividades culturais, tais como os programas de folclore realizados em escolas regulares, poderiam possibilitar a identificação e o desenvolvimento de indivíduos talentosos, por favorecerem as habilidades na dança, artes e literatura (Pereira, 1984).

Delou (1987) teve como objetivo elaborar um procedimento alternativo a ser utilizado por professoras de classes regulares para identificar alunos com altas habilidades.

Assis (1995) objetivou verificar a prevalência de alunos com altas habilidades oriundos de meios sociais menos favorecidos.

No conjunto esses estudos apontam a carência de procedimentos de identificação e de serviços de educação especializada para crianças e jovens com talentos especiais.

Deficiência visual

O estudo do processo de identificação e diagnóstico com vistas na prevenção da deficiência visual foi abordado por Noronha (1993). Esta autora buscou compreender a trajetória de prevenção da cegueira, das medidas adotadas pelos órgãos públicos para intervir na saúde ocular do pré-escolar. Concluiu que houve a criação de programas isolados e fragmentados de saúde do escolar, de curta durabilidade e sob responsabilidade da escola, que representaram soluções imediatas e de pouca abrangência para as reais necessidades das crianças.

O desenvolvimento cognitivo dos portadores de deficiência visual foi estudado por Carazas (1985), a partir da comparação entre o desempenho

de crianças com deficiências visual e evidentes em provas piagetianas. Os resultados evidenciaram atraso cognitivo, em média, de seis anos, atribuído à falta de estimulação do meio familiar e educacional.

Outras condições associadas às

necessidades educacionais especiais

O estudo da identificação e caracterização de diferentes condições associadas às necessidades educativas especiais foi abordado em duas das dissertações do acervo analisado. Rebelo (1985) analisou o processo de diagnóstico para a identificação por especialistas das seguintes condições: distúrbio de aprendizagem, criança de alto-risco, paralisia cerebral, deficiência mental treinável e educável, e como este processo era levado a termo por escolas ou instituições especializadas.

O processo de identificação de excepcionalidades ou desvios por parte das pessoas que cercam o excepcional, no contexto de familiar e profissional de um município do interior do Estado de São Paulo, foi o tema do estudo de Mendonça (1990).

Conclusões

Podem-se observar que a produção científica nacional sobre a identificação de indivíduos com necessidades educativas especiais, e sobre a caracterização das implicações de determinadas condições sobre a aprendizagem e desenvolvimento dessa população vem crescendo de forma gradual e continua no país. Percebe-se ainda que existe uma forte tendência para a produção de estudos categoriais ou que se referem a apenas uma das categorias com implicações educacionais diferenciadas. Foram encontrados 53 estudos sobre populações específicas, contra apenas dois que versaram sobre várias condições ou sobre a condição mais genérica da deficiência ou da necessidade educativa especial.

Entre os estudos sobre populações específicas vai se confirmando cada vez mais um esforço concentrado sobre a deficiência mental. Foram analisados 31 estudos sobre essa condição, enquanto

que os demais estudos estiveram distribuídos nas condições de deficiência auditiva, deficiência física, autismo, talentos especiais e deficiência visual.

De modo geral, a produção científica do corpo discente de programas de pós-graduação em educação sobre o tema da identificação e caracterização denota uma quantidade ainda insuficiente de estudos sobre condições específicas, associada a uma dispersão nos temas, o que dificulta uma sistematização mais conclusiva. Nesse sentido, vale ressaltar que deve-se ter cautela em relação à generalização dos dados obtidos, uma vez que os estudos, em geral, são restritos a um pequeno número de sujeitos, circunscritos à realidade de alguns municípios, e os dados em geral não permitem generalizações. Um destaque especial, por sua complexidade, deve ser feito em relação à condição de deficiência mental, em seus diferentes níveis, que não pode ser interpretada como um conceito monolítico ou unificado, ainda que se observe um número expressivo de estudos sobre essa condição (Mendes, 1995).

Percebe-se ainda que a tendência, constatada na década de 80, em relação ao processo de diagnóstico para a identificação e posterior encaminhamento educacional da deficiência mental, não se mantém nesses estudos mais recentes. A preocupação agora parece mais centrada em estudar o impacto de certas condições sobre o desenvolvimento e a aprendizagem de seu portador. Nesse sentido, ressalta-se uma descontinuidade no trato do tema, uma vez que a perspectiva de superação do problema, através do refinamento técnico dos instrumentos e procedimentos, praticamente não foi enfrentada pela pesquisa na área. Uma única exceção pode ser observada: o diagnóstico precoce na área de deficiência auditiva, em que se constata um avanço mais expressivo nesse sentido. Entretanto, particularmente na área da deficiência mental cujos problemas foram tão denunciados pela pesquisa nacional, essa temática parece ser negligenciada ou mesmo ignorada pela produção mais recente.

O foco predominante dos estudos permanece sendo o processo de diagnóstico para a identificação e posterior encaminhamento educacional. Percebe-se ainda que a abordagem da questão do diagnóstico para a identificação, embora ainda presente, não se restringiu

apenas à uma descrição acrítica, e teve como foco maior o escrutínio dos propósitos do diagnóstico e não apenas a crença de que há um real e determinável ponto de corte entre a normalidade e a deficiência que precisa ser descoberto ou desvendado pela pesquisa. Nesse sentido, fica claro também um avanço sugestivo no sentido de referendar a natureza essencialmente sociocultural e histórica na definição dos critérios para identificação.

Por outro lado, percebe-se que o estudo da caracterização de desempenhos e do desenvolvimento, com vistas no diagnóstico para o ensino, foi um tema que recebeu maior investimento pela produção científica mais recente, o que indica que se avança para além da classificação e encaminhamento, e enfrentando o processo educacional propriamente dito.

A despeito da intensificação bastante positiva no investimento em estudos que descrevem e avaliam o impacto de se certas condições sobre o desenvolvimento e a aprendizagem, com o intuito de caracterizarem as necessidades educativas especiais, caberia ressaltar a necessidade de se manter sempre uma análise contextualizada dos dados desses estudos.

Os autores apontam que há uma diversidade muito grande no nível de desenvolvimento, capacidade de aprendizagem ou mesmo no nível de funcionamento apresentado em determinada situação, nos grupos estudados, ainda que se iguale a condição, idade, classificação do grau da deficiência, tipo de serviço, ou outros fatores. Nesse sentido, caberia ressaltar que os rótulos não devem servir de base para se produzirem novos estereótipos sobre os indivíduos. As pesquisas devem continuar avançando no compromisso de desmistificar diferenças e desafiar estereótipos existentes, e não apenas de constatar diferenças individuais, interpretadas como se fossem inerentes à condição em estudo.

Assim, qualquer desempenho ou organização atípica de desenvolvimento ou desempenho encontrada não pode ser atribuída à deficiência em questão e generalizada para toda a população enquadrada na mesma condição.

Quanto à população investigada, parece ocorrer uma tendência para se pesquisarem sujeitos em idade escolar, no processo de elegibilidade para o ensino especial. Nesse sentido, há quase sempre um serviço existente ou em perspectiva para a população estudada. Por outro lado, há falta de pesquisas sobre a população não escolar e sobre os que sequer têm alguma perspectiva de atendimento educacional. Talvez fosse interessante tentar reverter tal viés e retratar as implicações da grande maioria dos indivíduos com necessidades educacionais especiais que ainda permanecem marginalizados pelos poucos serviços existentes na realidade brasileira.

A necessidade de melhorar o acesso a serviços e a falta de qualidade insuficiente dos serviços de ensino especializado continuam reforçadas nesse elenco de estudos. Um contexto de falta de universalização no acesso e de serviço de qualidade contribui para que necessidades educacionais especiais se tornem cada vez mais intensivas e crônicas. Nesse sentido, as características relatadas nos estudos podem muito mais ser decorrentes do contexto onde a deficiência se insere e seria, portanto, simplista e incorreto atribuir as diferenças unicamente às deficiências dessas pessoas.

Portanto, as organizações de repertórios de habilidades consideradas atípicas pelos autores devem ser explicadas, levando-se em consideração, no mínimo, as oportunidades educacionais presentes na família, a experiência de escolarização anterior e a abordagem pedagógica utilizada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aihara, K. K. (1988). *Aspectos da identidade social do deficiente físico: Um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Almeida, C. J. (1995). *Jogos de papéis: Um estudo sobre o jogo de faz-de-conta na criança com deficiência mental*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Almeida, C. S. (1984). *Análise dos motivos de encaminhamento de alunos de classes comuns a classes especiais de escolas públicas de primeiro grau*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Almeida, G. L. (1988). *Utilização de um instrumento de medida tridimensional na investigação do desenvolvimento motor infantil*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Aquino, M. N. L. (1988). *O processo do diagnóstico e sua relação com a prática educativa nas classes especiais*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Assis, A. L. A. (1995). *O aluno superdotado das camadas populares*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Azevedo, F. C. (1996). *O diagnóstico e a clínica do autismo sob uma ótica psicanalista*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Braga, L. W. (1983). *O desenvolvimento cognitivo na paralisia cerebral: Um estudo exploratório*. Dissertação de Mestrado, Universidade de Brasília, Brasília.
- Cançado, H. R. (1984). *Autismo infantil – um desafio na clínica*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Carazas, R. G. R. (1985). *Aspectos cognitivos do deficiente visual*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Carrilho, T. M. (1988). *A organização perceptomotora do deficiente auditivo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Dal Pogetto, M. T. D. P. (1987). *Como professores de classe especial para deficientes mentais da rede estadual de ensino percebem sua atuação profissional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- De Santi, S. A. (1995). *O espaço físico e o comportamento social da criança portadora de Síndrome de Down*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Delou, C. M. C. (1987). *Identificação de superdotados: Uma alternativa para sistematização de observação de professores em sala de aula*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

- Denari, F. E. (1984). *Análise dos critérios e procedimentos para a composição de clientela de classes especiais para deficientes mentais educáveis*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Fávero, O. (1992). A trajetória da pós-graduação em educação no âmbito institucional. Em Associação Nacional de Pós-Graduação em Pesquisa e Educação, *Avaliação e perspectivas na área de Educação* (pp.31-50). Porto Alegre: ANPED/CNPq.
- Ferreira, W. C. L. (1988). *Deficiência mental: Um estudo epidemiológico*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Filha D. A. S. (1996). *A linguagem de crianças deficientes auditivas do INES: Um estudo avaliativo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Frônio, J. S. (1998). *Detecção da paralisia cerebral: Uma análise do processo e das condutas posteriores*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Gonçalves, A. S. (1998). *Investigação do desenvolvimento das habilidades de audição e comunicação de bebês nascidos em diferentes condições de peso e idade gestacional*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Guhur, M. L. (1992). *Representação da deficiência mental: Esboço de uma abordagem histórica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- Jacob, L. C. B. (1996). *Síndrome da rubéola congênita: Características audiológicas e deficiência auditiva em crianças de 4 a 24 meses e o conhecimento das mães com relação à rubéola materna*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Kassar, M.C. (1993). *A deficiência mental na voz das professoras*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Mato Grosso do Sul, Campo Grande.
- Maestrello, H. F. R. (1983). *O conceito de deficiência mental em uma revista especializada: Um procedimento para análise*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Magalhães, R. C. B. P. (1997). *Um estudo sobre representações de professoras de classe especial a respeito de seus alunos e de seu trabalho*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mandrá, P. P. (1998). *Análise das informações captadas por mães sobre o desenvolvimento da linguagem de seus filhos com Síndrome de Down*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mantoan, M.T. (1991). *A solicitação do meio escolar e a construção das estruturas da inteligência de uma deficiente mental: Uma interpretação fundamentada na teoria do conhecimento de Jean Piaget*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Manzoli, L. P. (1994). *Classe especial: Caracterizando o aluno portador de deficiência mental*. Dissertação de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Marconi, A. I. (1987). *Classe especial para deficiente mental - Objetivos, condições de abertura e funcionamento, encaminhamento, avaliação psicológica e caracterização da clientela escolar*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Martins, N. C. S. (1996). *Crianças com Síndrome de Down: Relações entre fala, gestos e produção gráfica*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mattos, E. M. (1994). *O educador no contexto do diagnóstico integral para o portador de deficiência mental na escola pública*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Meiado, A. C. (1998). *O retrato da exclusão: Um estudo de caso sobre a deficiência mental severa*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Melchiori, L. E. (1987). *Derivação de comportamento institucionais e profissionais em relação à pessoas com "deficiência mental" a partir da caracterização da incidência desse problema na população de um município*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mélo, A. D. B. (1995). *Análise crítica de depoimentos de professores de surdos sobre a utilização de sinais em sala de aula*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Mendes, M. N. (1984). *Convergências e divergências na percepção do aluno deficiente mental educável vistas*

- através da comparação entre as informações do diagnóstico psicopedagógico da professora e da família. Um estudo de caso. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Mendes, E. G. (1995). *Deficiência mental: A construção científica de um conceito e a realidade educacional*. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Mendonça, H. A. L. (1990). *Uma tipologia do excepcional no contexto familiar e profissional de São Carlos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Básica. (2001). *Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica*. Processo nº: 23001-000184/2001-92. Parecer nº. 17/2001. Brasília: MEC/CNE/CEB.
- Miranda, T. G. M. (1993). *A estruturação do pensamento conceitual em alunos de classe especial- alunos com deficiência mental ou atraso intelectual?* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Nunes, L. R. O. P.; Ferreira, J. R.; Glat, R.; Mendes, E. G. (1997). *A pós-graduação em educação especial: Caracterização e perspectivas dos programas e análise crítica da produção discente*. [Processo 523960/94-8]. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Nunes, L. R. O. P.; Glat, R.; Ferreira, J. R. e Mendes, E. G. (1998). *Pesquisa em educação especial na pós-graduação*. Rio de Janeiro: Sette Letras.
- Nunes, L. R. O. P.; Ferreira, J. R.; Glat, R.; Mendes, E. G. (1999). *A produção discente da pós-graduação em educação e áreas afins: Análise crítica das teses e dissertações sobre educação especial*. [Processo 524226/96-2]. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Nunes, L. R. O. P.; Ferreira, J. R.; Mendes, E. G. e Glat, R. (2000). *A produção discente da pós-graduação em educação em educação e áreas afins: Análise crítica das teses e dissertações sobre educação especial*. [Processo 5244226/96-2]. Rio de Janeiro: Conselho Nacional do Desenvolvimento Científico e Tecnológico.
- Noronha, R. (1993). *As múltiplas determinações da deficiência visual em escolares da pré-escolar no Estado de São Paulo*. Tese de Doutorado, Universidade Estadual de Campinas, Campinas.
- Oliveira, V. M. (1996). *A produção da notação numérica na pessoa com deficiência mental*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Padovani, C. M. C. A. (1997). *Redações de deficientes auditivos: Uma proposta de análise baseada no instrumento de Clay*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Paschoalick, W. C. (1981). *Análise do processo de encaminhamento de crianças às classes especiais para deficientes mentais desenvolvido nas escolas de 1º grau da Delegacia de Ensino de Marília*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Pereira, G. (1984). *Identificação e atendimento de alunos talentosos nas classes comuns: Proposta de diretrizes para um programa baseado no folclore brasileiro*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Rebelo, M. M. C. (1985). *Diagnóstico e recursos usados na identificação do deficiente mental no Município de Campo Grande - Mato Grosso do Sul*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Ribeiro, M. C. M. (1986). *Diagnósticos de fatores que podem interferir no trânsito: Educação especial-educação comum do aluno deficiente auditivo*. Dissertação de Mestrado, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Rodrigues, O. M. P. R. (1984). *Caracterização das condições de implantação e funcionamento de classes especiais e caracterização das condições de avaliação das classes regulares de primeira série do primeiro grau, para fundamentar uma proposta de intervenção*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Rosa, E. C. S. (1990). *Aluno portador de deficiência: Problema médico-pedagógico ou conquista da cidadania?* Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Pernambuco, Recife
- Rosa, J. C. L. (1998). *Pelo exercício do direito à Educação Especial: Como vivem e lutam familiares de pessoas com sinais de autismo*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

- Silva, E. M. M. (1989). *Características psicomotoras, cognitivas, sociais, emocionais e da linguagem de crianças de 6-7 anos, consideradas pelos professores de alfabetização do Município do Rio de Janeiro, como indicadores de retardo mental*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Silva, N. M. (1998). *A construção do texto escrito por alunos surdos*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Sousa, L. M. F. I. (1993). *O direito de ir e vir: O portador de deficiência nas instituições especiais da Região de Piracicaba*. Dissertação de Mestrado, Universidade Metodista de Piracicaba, Piracicaba.
- Souza, D. R. S. (1996a). *A avaliação audiológica precoce para a identificação de possíveis perdas auditivas em bebês prematuros*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Souza, M. S. T. (1996b). *Ação educacional e terapêutica no atendimento à criança autista*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza.
- Sylvestre, M. M. A. (1995). *A linguagem da criança portadora de Síndrome de Down, na pré-escola*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Tasso, V. C. (1996). *Concepções de profissionais sobre o comportamento apático de crianças deficientes institucionalizadas*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Viana, M. G. C. (1990). *Psiquiatria e Educação Especial, tributo à crítica da realidade social capitalista*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal Fluminense, Niterói.
- Xavier, E. S. (1997). *Evolução na interação entre mãe-criança portadora de Síndrome de Down no segundo ano de vida*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.
- Yano, A. M. K. (1997). *Crianças portadoras de paralisia cerebral diplopica espástica na família*. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos.

Recebido em: 29/10/00

Aceito em: 27/03/03